

Decisão sobre cortes depende do FMI

Governo espera conclusão das negociações com o Fundo para fechar o orçamento de 1999 e encaminhar a proposta ao Congresso

O governo deve atrasar a entrega ao Congresso da nova proposta orçamentária para 1999. A equipe econômica havia dito que a revisão do projeto estaria pronta até o dia 26 deste mês, mas de acordo com o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, não será possível concluir os cortes até a próxima semana. Ele não informou qual será a nova data. "Queremos mandar o mais rápido possível, mas até o dia 26 não vai dar", explicou Tavares.

Segundo ele, o novo orçamento terá de ser feito com base nas metas de ajuste fiscal, que ainda não foram inteiramente definidas e nem detalhadas. Os parâmetros para cortes nos gastos, por exemplo, dependem das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o valor do superávit primário que o governo precisará alcançar no ano que vem. Como as conversas até agora indicam apenas que a meta deve variar entre 2,5% e 3% do Produto Interno Bruto, não será possível concluir o projeto na data marcada.

Alertado pelo Ministério do Planejamento de que será impossível encaminhar ao Congresso o orçamento refeito no dia 26, o relator da proposta, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), vai sugerir a convocação do ministro do Planejamento, Paulo Paiva, a seus colegas da comissão para que ele antecipe dados sobre o tamanho do corte de recursos no ano que vem.

Tebet explicou que a sua intenção é evitar que o atraso prejudique a votação do orçamento ainda este ano. Paiva será convocado como primeiro depoente das audiências públicas que devem anteceder o debate do assunto, esclareceu. Tebet lembrou que amanhã será definido o cronograma de votação do orçamento. A intenção

dos governistas é a de encurtar o prazo de tramitação em 35 dias para possibilitar a votação até o dia 15 de dezembro. A idéia seria a de iniciar a tramitação um dia depois de encerrado o segundo turno das eleições. "Não vou abrir mão das prerrogativas do Congresso", avisou o relator. "Vamos examinar o texto com profundidade e não apenas homologar as decisões do governo."

Além dos cortes que serão feitos no orçamento, a equipe econômica vem mantendo sob segredo as medidas do pacote fiscal mas é certo que haverá aumento a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira de 0,2% para 0,3%, além de alterações nas regras da Previdência dos servidores públicos, que é o maior ralo nas contas públicas. O aumento do Imposto de Renda das pessoas físicas não está sendo considerado, apesar de a prorrogação da alíquota de 27,5% para os ganhos acima de R\$ 1.800 ser praticamente certa. Os técnicos, entretanto, não descartam a possibilidade de alterações no IR das empresas.

A saída do governo para reduzir o déficit (despesas maiores do que as receitas) de R\$ 19 bilhões estimado para a Previdência dos servidores este ano deverá ser o aumento da alíquota sobre o vencimento dos funcionários ativos e a volta da cobrança de uma contribuição dos inativos, que deverá ficar em aproximadamente 11%.

O governo também está elaborando um projeto de lei que obrigará os governadores e prefeitos a apresentarem metas fiscais às Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores junto com o orçamento. Quem não cumprir as metas será punido de acordo com as regras fixadas na lei, que incluem inclusive responsabilidades legais.



Raimundo Paccó 31.8.98



Paiva deve ir ao Congresso antecipar aos parlamentares as mudanças que o governo federal planeja fazer no orçamento